

21/12/2018

## Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei nº. 9.099/1995 - Representação

### Resumo

---

Toda vez que eu estiver diante de uma situação de menor potencial ofensivo, JECRIM, passarei pela audiência preliminar. Será oferecido a mim a primeira das medidas despenalizadoras, a composição civil (posso fazer quantas composições civis eu quiser). Para me oferecerem essa medida, como falamos na aula anterior, eu tenho que estar diante de um crime de penal pública condicionada a representação ou um crime de ação penal privada.

Caso não seja feita a composição civil eu devo observar se estou diante de um crime de ação penal pública condicionada a representação, a segunda coisa que me será oferecida é a **representação**, que trata-se da autorização que eu tenho que dar para que o processo possa existir. Na representação você pergunta a vítima se ela quer que o autor do fato seja responsabilizado pelo que fez. Se a vítima representar, segue em frente, caso não represente, termina ali.

A representação tem o prazo de 06 meses, a contar da descoberta da autoria. Admite retratação (voltar atrás, desculpar-se). O limite da retratação é o oferecimento da denúncia. Caso eu volte atrás e queira representar novamente, é permitido, desde que dentro do prazo decadencial de 06 meses da descoberta da autoria.

O próximo passo é a **transação penal**, caso nenhuma das hipóteses acima tenham solucionado o caso. Primeiro eu ofereço composição civil, depois representação e só num terceiro momento que falamos em transação penal – art. 76, L. 9.099/95.

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

## Exercícios

---

1. Referente as medidas despenalizadoras da Lei 9.099/95, marque a alternativa correta:

- a) diante de um crime de menor potencial ofensivo, a vítima pode escolher dentre as medidas despenalizadoras qual ela deseja se valer.
- b) a transação penal pode ser oferecida em quaisquer dos casos da ação penal pública e da ação penal privada.
- c) a representação tem o prazo decadencial de 1 ano a contar da descoberta da autoria do crime.
- d) somente depois de oferecida a composição civil e a representação, ambas sem sucesso, que poderá ser oferecida a transação penal.

## Gabarito

---

1. Letra D.